

## **A Reforma Tributária dos Anos 60**

Por Marcelo Sandy<sup>1</sup>

O período de 1950 até 1980 é o melhor momento da economia brasileira. Acho que isso é claro para qualquer um, mas poderíamos listar alguns fatos que comprovam esse fato: a) Crescimento do PIB em torno de 7 a 10% a.a., b) processo de industrialização (antes desse período éramos apenas um grande “fazendão”, c) período de maior criatividade do pensamento econômico brasileiro e, principalmente d) tínhamos, sem dúvida um projeto nacional.

Tivemos de 1968 até 1973 as taxas de crescimento anuais mais altas do mundo (milagre econômico). Éramos vistos como a China é hoje. Não coincidência que nesse período vivíamos em um regime político ditatorial. Não estou fazendo nenhuma apologia ao militarismo, não simpatizante da crueldade que aconteceu com militantes políticos e abomino a violência que ocorreu naquele, mas o que ocorreu naqueles anos foi um projeto nacional de desenvolvimento econômico posto em prática e, a meu ver ele não seria possível em um regime democrático.

Vários fatores me levam à essa opinião. No início dos anos 60 passávamos por um período econômico e político conturbado: o país não crescia, a população era descrente em relação ao presidente, que recebia duras críticas da classe média, da igreja, etc. Não havia outra alternativa para a volta do crescimento a não ser através de um governo com “mãos de ferro”.

Assim iniciou-se o governo militar, com o propósito de colocar a casa em ordem. O PAEG fez as reformas de base necessárias como a bancária, a financeira, a agrária, criou o SFH (Sistema Financeiro da Habitação) o BNH (Banco Nacional da Habitação), deu condições de crédito aos consumidores e empresários que passaram a consumir e a investir e o país voltou a crescer.

No entanto nada seria possível sem a principal das reformas: a tributária. A reforma feita em 1967 foi essencial, pois devolveu ao estado o poder de investir a

---

<sup>1</sup> graduando em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

medida que resolvei os problemas fiscais, desonerou a produção com o fim dos impostos cumulativos e possibilitou a utilização de incentivos fiscais.

E a reforma tributária não teria sido realizada em um regime democrático. Ora, para resolver seu problema fiscal o Governo Federal foi obrigado a concentrar em suas mãos a maior parte da receita tributária total, e fez isso pela força: conseguiu aumentar suas receitas e voltou a investir no projeto nacional de desenvolvimento.

Se estivéssemos, naquele tempo, utilizando um regime democrático, ocorreria semelhante ao que aconteceu em 1988: para ganhar apoio político, o governo federal teve que “abrir as pernas”, aceitando a desconcentração de receitas, sem no entanto dividir as despesas com estados e municípios (fortemente endividados), o que deteriorou as já frágeis contas públicas. A reação: aumento das alíquotas (ou até criação caso da CPMF) de impostos não partilháveis com as instâncias subnacionais numa tentativa frenética de resolver seu problema fiscal. O agravante é que esses tributos são cumulativos, fortemente prejudicial à atividade econômica, já que distorcem os preços relativos das mercadorias, deixando nossas empresas menos competitivas.

Concluindo, a meu ver, se os militares não tomassem o poder em 1964 não estaríamos à duas décadas patinando e sim à quatro.